



Anais da Assembleia

Nº 104

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 12 DE SETEMBRO DE 1.979.

ANO V

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA

ATA DA 98.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 1.979

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e José Tavares.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvé-rio, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francis-co Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Car-valho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Do-mingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oli-veira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nil-so Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes, (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Pre-sidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da ses-são anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atri-buições legais conferidas pelo Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Excelentíssimo Senhor MIGUEL ZACARIAS, ocorrido no último dia 11,

MIGUEL ZACARIAS exerceu durante vários anos car-gos de destaque dentro do Setor de Segurança Pública do Paraná, como Delegado, Chefe das Divisões do Interior e Capi-tal da Polícia Civil; soube sem dúvida, durante toda sua vida pública, demonstrar plena capacidade profissional e, acima de tudo, tornar-se exemplo de cidadão, pai e amigo.

Deixa para seus familiares e amigos, o exemplo de toda uma vida pautada pela dignidade e honradez, podendo ter-se orgulhado, em todos os seus dias, do reconhecimento que lhe era prestado por aqueles que lhe escolheram para amigo, basea-do na grandeza de sua conduta

Outrossim, solicitamos seja levado ao conhecimento de seus familiares, do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1.979

(a) JURANDIR MESSIAS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribui-

ções regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor HERCU-LANO DE SOUZA PAULA, ex-Diretor da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Ministério da Agricultura no Paraná.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, aos cuidados do Ministério da Agricultura DEMA/PR., à Rua Emiliano Pernetá n.º 10, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1.979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor do presente, REQUER, com anuência do Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento, aos 99 anos de idade, da Senhora Noêmia da Costa Pires, esposa do Senhor José de Souza Pires, ocorrido na Cidade de Jaguariaíva.

A veneranda Senhora tronco de tradicional família daquele município, era mãe da Senhora, Aracy da Costa Araújo e do Senhor João Maria Miranda.

Solicita, ainda, que da aprovação deste, seja dado conhe-cimento à família da falecida.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1.979.

(a) GABRIEL MANOEL.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Ple-nário, seja expedido convite ao Senhor Alésio Vaz Primo, Di-retor do Crédito Rural do Banco do Brasil, para dia e hora a serem designados, com a finalidade de proceder palestra sobre o Crédito Rural, no Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1.979

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Banco do Brasil S.A., solicitando urgente instala-ção de agência daquele estabelecimento de crédito altoniense, a indefinição na solução do problema, tendo em vista que o programa de instalação de postos avançados daquela institui-ção financeira nos mais diferentes municípios brasileiros, muitas vezes de menor importância econômica que Altônia, já foram concretizados, enquanto que, como pode ser obser-vado pelos dados estatísticos anexo, Altônia representa hoje uma das mais pujantes comunidades interioranas e nenhuma notícia oficial a respeito é divulgada.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1.979.

(a) ANTÔNIO FACCI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais, REQUER, seja encaminhado por cópia, o anexo memorial (subscrito pela Associação Comercial e Industrial, pelo Lions Club, pelo Prefeito Municipal e pelo Sindicato dos Traba-lhadores Rurais, todos os município de Altônia, aos Excelen-tíssimos Senhores Ministro da Fazenda e Presidente do Banco

do Brasil, na citada localidade, como imperativo do desenvolvimento econômico da região.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1.979.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Secretário da Educação e Prefeito Municipal de Cascavel, solicitando-lhes sejam tomadas as medidas cabíveis para a reabertura da Escola "Presidente Dutra", localizada no Distrito de Lindoeste, no Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1.979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Acabamos de receber o abaixo assinado anexo, firmado por pais de alunos da Escola "Presidente Dutra", apontando sérias irregularidades naquele estabelecimento de Ensino.

O afastamento da professora GLECI ROSA DE BRUM e de seu filho JACI LUIZ BRUM, também professor, ocasionou o fechamento da escola e prejuízos para seus 108 (cento e oito) alunos, que contam com idades de 7 a 14 anos.

As aulas estão sendo ministradas num galpão de fumo de propriedade do presidente da escola, e os moradores da localidade "Linha Independência", sita no Distrito de Lindoeste, em Cascavel, estão a clamar, com justificada razão, a normalização do ensino.

Apontando injunções políticas como causa desse lamentável episódio, cremos que deve ser aberto um Inquérito Administrativo para apurar essas denúncias.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 130/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "CONGREGAÇÃO DOS OBLATOS DE SÃO JOSÉ", com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1.979.

(a) GILBERTO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche a finalidade de procurar a salvação das almas mediante o sagrado ministério das paróquias e missões, instalar e manter escolas profissionais e colégios de instrução, orfanatos, dispensários e outras instituições de caráter assistencial em qualquer ponto do País.

A obra não distribuirá lucros, dividendos ou vantagens outras, de qualquer espécie aos seus sócios, benfeitores, mantenedores e dirigentes.

Na verdade tem seu estatuto social devidamente registrado no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, e está em regular funcionamento há mais de um (01) ano.

Isto posto, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos nobres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e a final aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Está finda a leitura do expediente.

Esta Casa tem a satisfação de registrar a presença do Sr. Deputado Elias Fróes, procedente do Estado do Rio de Janeiro.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Depu-

tado Nelson Buffara, primeiro orador inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas com o propósito de dirimir certas dúvidas, mesmo porque a imprensa tem noticiado nomes de eventuais Deputados que, no caso da extinção dos atuais partidos, ingressariam neste ou naquele partido.

E, como o número de Deputados pertencentes ao MDB teria sido apontado pela imprensa como aqueles eventuais que ingressariam, no caso de ser extinto o MDB, no PTB, se este viesse a ressurgir, o meu nome consta desse número de Deputados, e como não tenho ainda uma definição até o presente momento, porque minha preocupação não é outra senão o de tentar fortalecer o MDB, pregar como tenho pregado a sua unidade, tentar conservar o que nele existe, o seu conteúdo, que é muito importante para mim. E se, por razões outras, por motivos imperiosos, o MDB for extinto, filiaria-me no partido que mais se afinasse com o MDB.

Fui trabalhista no tempo de Getúlio Vargas e de João Goulart. Fui grande admirador desses dois grandes estadistas, principalmente do primeiro, que fundou o partido. Tenho por eles - muito embora não mais existam -, um grande respeito e uma profunda admiração.

Acho imperativo e inoportuno declarar que eu ingressaria num dos partidos que o sistema viesse a criar.

A minha definição sobre este estado de coisas, não é outra senão o de tentar, por todos os modos, por todos os meios e com todos os recursos de que disponho, na minha região, onde faço política eleitoral, é preservar a unidade do MDB, tentar conservar o seu conteúdo e esta é a razão principal da nossa vinda a esta tribuna, de que, se não tivermos outra opção, ingressaremos no partido que suceder ao MDB, porque este é o que mais afina-se com o nosso pensamento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Waldyr Pugliesi, segundo orador inscrito.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Esta Casa recebeu há dias do Governo do Estado, projeto de lei que procura dar estabilidade aos professores exclusivamente suplementaristas pertencentes à rede de ensino de nosso Estado.

Suplementarista este que há mais de dez anos é um marginal da educação, um profissional frustrado, desacreditado, desestimulado e amedrontado, que vive e mal sobrevive com as mínimas condições sociais de vida a que é submetido e transmitindo aos nossos filhos, intranquilidade e insegurança. Suplementarista, que não tendo estabilidade, é pressionado em épocas eleitorais a ser cabo eleitoral do governo, sob pena de perder o emprego. Suplementarista que teve no governo anterior seus anos mais negros na educação de nosso Estado sendo constantemente perseguido, removido e, muitos, demitidos. Suplementarista que grita há anos, mais que não encontra eco em suas reivindicações por parte do Governo do Estado. Uma classe que clama por justiça, que reivindica melhores condições salariais e, principalmente, de estabilidade.

O Governo acena com algo, que aos menos informados e aos mais conformados, parece ser a solução de todos os problemas da classe, a solução das angústias e do sofrimento que tanto afligem este nosso mestre. Surge, o Governo, nesta hora, com o Quadro de Estabilidade, se é que podemos assim chamá-lo e através de instrumentos, canais e caminhos por ele escolhidos lança à classe do magistério paranaense um projeto de lei que verdadeiramente não soluciona o problema. Mas antes disso também é de nosso dever, analisarmos todos os ângulos, a solução sob todos os prismas possíveis, para então sim, dentro do bom senso, da justiça e do mais honesto comportamento humano decidir, pela aprovação ou não do mesmo.

Os parâmetros são esses:

1. A situação caótica do suplementarista já arrasta-se por mais de dez anos, e é de direito deste que milita no magistério a definição de sua situação por completo.
2. Os concursos periódicos como manda o Estatuto do Magistério seria a maneira de evitar esse problema, e com o não cumprimento deste, a situação se agravou bastante, por culpa dos administradores anteriores.
3. Como o próprio Estado infringiu a lei, não regulamentando o estatuto por completo, cabe a ele não ao suplementarista achar a solução, mas de maneira que não prejudique ainda mais esse sofrido professor.
4. E por último: será que o professor suplementarista está contente com o Quadro de Estabilidade que lhe está sendo apresentado?

Podemos com grande convicção, creio que com total certeza, dizer não. As inúmeras correspondências, as centenas de abaixo-assinados, vindos de todos os rincões do Estado, as posições tão claras das entidades de classe que representam, efetivamente, o corpo docente do Paraná, todas contrárias a esse presente de grego, deixam de maneira cristalina o descontentamento do suplementarista, o seu desencanto, e quase desespero de todos.

Várias Assembléias realizadas pelos professores propuseram um substitutivo que, este sim, expressa as reais necessidades da classe e caso sofra aprovação desta Assembléia, atenderá as mínimas condições de sobrevivência com dignidade.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o apelo que fazemos é pela aprovação do substitutivo que atende os interesses dos suplementaristas e em consequência da comunidade e pela rejeição da proposta Governamental.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. O assunto é comandos políticos.

Hoje, recebemos informações sobre o que anda ocorrendo no Grupo Escolar de Paiquerê, Distrito de Londrina.

O Diretor Antenor Francisco Xavier que ocupava o cargo desde janeiro de 1.978, foi substituído. E Antenor Francisco Xavier organizou aquela escola que conhecemos colocando-a numa posição de real destaque. Mas, teve um grande defeito: não fez política com o grupo do professor Water Okano, Inspetor Regional de Ensino de Londrina.

No último dia cinco de setembro, através da Resolução n.º 1.524, o professor Antenor foi exonerado do cargo - apenas por perseguição política - tendo sido substituído pela professora Antonieta Tomioto Terra.

Só que a diretora que acaba de ser designada para a função, está ainda em estágio probatório, pois fez o último concurso para o magistério e foi nomeada este ano. E o estágio exige dois anos na sala de aula.

Como é que foi preparada a trama?

A professora Antonieta foi nomeada para a Escola João Sampaio, que fica em Londrina. O Inspetor de Londrina fez então uma permuta interna, autorizando que uma professora - também em estágio probatório - professora Regina Lopes Fabri, fosse dar aulas na cidade e que a professora Antonieta fosse dar suas aulas em Paiquerê, tudo isso no mês de agosto.

Em seguida, encaminhou o pedido para Curitiba e sem qualquer justificativa, exonerou o atual diretor para poder atender interesses políticos.

Hoje, já sabemos que além da permuta preconizada no Estatuto do Magistério, existe também a permuta "OKANIA-NA", que é aquela que visa atender interesses políticos.

E tem mais gente com a cabeça a prêmio em Londrina.

Parece-me que o pessoal ligado principalmente ao Deputado Dácio Leonel de Quadros está ameaçado pela guilhotina política.

O caso do Distrito de Paiquerê é uma aberração sem tamanho. Para poder colocar uma pessoa que reside lá, na direção da escola, em razão de favores políticos prestados à sua família, o Inspetor Okano chega até a fazer uma permuta, quando sabemos que tais permutas só podem ser feitas pela Secretaria, por ato do Secretário, e, desde que amparadas por lei. Uma permuta fria, uma circular interna, pisando na lei, apenas para acomodar interesses políticos inconfessáveis, e, a espada dos comandos políticos continuam degolando. Já dizem que vão trocar o sub-Delegado de Guaravera também Distrito de Londrina; a Inspetora Auxiliar de Londrina também já foi trocada, por interesses políticos; e as listas tríplices, Sr. Presidente, em Londrina, para as Direções das Escolas Hugo Simas, Arthur Thomaz, Willie Davis, a mais votada nem sempre ocupa o cargo. É uma vergonha para o Município de Londrina! Os comandos políticos continuam agindo sorratamente, no escuro, destituindo e trocando Diretores de estabelecimentos de ensino, utilizando expedientes rasteiros e condenáveis! A política continua na ordem do dia, a política de gabinete, de interesses eleitoreiros, que não respeitam os direitos adquiridos, a justiça e a legitimidade! A imprensa precisa divulgar essas ocorrências, para colocar os articuladores à vista da opinião pública, para que o povo saiba que, escudados pela pseudabertura, os donos do poder continuam agindo em interesses próprios.

Obrigado, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, quarto orador inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Acabo de ouvir o pronunciamento do eminente Deputado Fiori Luiz da bancada da Oposição.

Fez alusão ao meu nome.

Talvez, o natural, e a expectativa fosse a minha presença nesta tribuna, para a contestação; todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando a verdade se faz presente, machuque ou não, entendo que, o homem público deva acompanhá-la. E esta é a razão de eu aqui estar - para dizer que, se tivesse que fazer qualquer defesa do Professor Water Okano, Inspetor Regional em Londrina, a única defesa que poderia fazer, de Sua Senhoria, seria dizendo que, lamentavelmente ele não passa de uma marionete movida a toque de terceiros e, na condição de Inspetor Regional de Ensino, o Professor Water Okano, além de fazer o jogo de terceiros como verdadeira marionete, está partindo para um campo de terríveis perseguições políticas, no Município de Londrina. E, vejam os Senhores, é um Deputado da ARENA que comparece a esta tribuna, mas compareço com tranquilidade, porque também não aceito, Deputado Fiori Luiz, também não aceito a forma como em Londrina estão atuando, neste momento, os órgãos responsáveis pela Secretaria da Educação, porque na verdade, não há nenhuma explicação para a substituição do Diretor da Escola de Paiquerê. Se até recentemente o próprio Inspetor Regional de Ensino fez questão de comparecer em página especial do Jornal da Cidade para dizer que, em todos os casos de vacância de cargos haveria uma lista tríplice, de que, o corpo docente é que escolheria o seu futuro Diretor, não entendo porque, se, nos primeiros casos usou-se a lista tríplice, agora usa-se a lista de perseguição para atender outro setor político, num Distrito do Município de Londrina. É vergonhoso!

Afirmou o Deputado de que se fez uma permuta fria. Diria mais; quase gelada! Uma permuta autorizada pelo Sr. Inspetor, quando nós aqui nesta Casa de Leis, ao tratarmos do Estatuto do Magistério, tratamos da permuta e tratamos das remoções. E hoje, o que se faz no Paraná?

Inspetor de ensino faz permuta. Não há necessidade de que a Secretaria seja mais incomodada para realizações de permutas, desde que elas sejam para atender brinquedos políticos, de maus políticos, de Deputados que não foram eleitos mas que foram quase que nomeados.

Isto precisa acabar e esta é a razão da minha presença. Com a minha palavra, ao Líder da minha bancada, de meu respeito a ele como Deputado e como meu liderado que tem sido, mas que permita-me também, de no momento em que a verdade for posta claramente, eu não possa nunca distorcê-la. Fica aqui a minha palavra ao eminente Deputado, de parabéns pela sua presença na tribuna, fica o meu repúdio à Inspeção Regional de Ensino de Londrina e não só à Inspeção, mas também não aceito a posição do Senhor Secretário da Educação, ao admitir o ato de exoneração da inspetora auxiliar de ensino de Londrina, por perseguição política e da mesma forma, ao assinar a exoneração de um Diretor, beneficiando a uma outra professora que fez concurso e entrou outro dia, que está num estágio probatório na Cidade de Londrina e que vai ser Diretora num distrito, há mais de 30 kms da sede da cidade. Um milagre? Só eles poderão responder. Hoje é apenas o começo, porque ainda pretendemos alinhar outros assuntos que possam talvez sacudir outras pessoas, aqueles que costumam ter as marionetes nos colos.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Queremos registrar com satisfação, a presença nesta Casa, do Deputado Federal Álvaro Dias.

Concedo a palavra ainda no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, quinto orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos a esta tribuna, para fazer um apelo mais uma vez ao Sr. Governador do Estado, no sentido de por termos ao caso do assassinato do jornalista Antônio Heleno em Cascavel, ocorrido na madrugada do dia quatorze de agosto próximo passado.

Este caso, Srs. Deputados, extrapola hoje os limites da lei penal e ingressa agora na sua fase mais aguda que é o desdobramento que alcança a esfera política, já que a polícia vem apontando como mandante os Srs. Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Cascavel.

Sr. Presidente, se há preocupação em restabelecer de uma vez por todas a ordem na região e principalmente no Município de Cascavel, não há outra oportunidade mais adequada, da presença necessária do Sr. Governador no caso de Cascavel.

O caos administrativo e o caos político vem criando uma série de atrapalhos e uma série de paralizações no movimento e no desenvolvimento daquela cidade e o povo está vivendo a sua mais difícil fase histórica, inclusive sofrendo crise até existencial, de liderança, de rumos, de certezas, de determinação e de confiança no próprio Governo do Estado, inclusive, Sr. Presidente, não há mais esperança apesar das notícias de jornais, não há mais esperança de uma voz ativa, honesta, segura, firme e decidida, no sentido de colocar um paradeiro a este momentoso caso que ganhou manchete até internacional.

Já é um fato político indiscutível, Sr. Presidente, de proporções seríssimas, que agravam até as famílias, a tranquilidade e a segurança do próprio povo de Cascavel.

Não há mais o que esperar. E vários segmentos da sociedade estão estarrecidos com os fatos, principalmente os fatos criminosos que vêm ocorrendo naquela cidade. As contradições estão criando desassossegos e incertezas. É preciso restabelecer a ordem, a segurança, o trabalho e o progresso que sempre foi uma característica da nossa região.

Esses fatos envergonham a tradição daquele povo, principalmente do povo gaúcho que está ali plantado e começou

a ser o marco de uma civilização ordeira, segura e firme, no desenvolvimento da Nação.

Sr. Presidente, a imprensa retrata hoje, mais uma vez, de forma quase incisiva, contestando parece que incisivamente, também, pronunciamentos feitos aqui desta tribuna por eminentes Srs. Deputados da Situação.

Na verdade, é preciso uma palavra de ordem; uma liderança efetiva da chefia do Governo do Estado, no sentido de conduzir esta nau, de conduzir este povo, de trazer tranquilidade à família paranaense, já que este é um preceito constitucional, declinado no dia da posse de Sua Excelência o Governador do Estado. E é exatamente por isto, Sr. Presidente, que estamos aqui nesta tribuna, levantando agora, uma questão de grande necessidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Apenas para comunicar ao ilustre orador, que tem um minuto para concluir.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço e farei força para concluir, Sr. Presidente. E isto leva a crer, que este é o momento azado. E o Governo, no nosso fraco entender, deve orientar os seus próprios companheiros de partido, que têm assento na Câmara Municipal de Cascavel, no sentido de fazer, de promover e de arrimar, num gesto de grandeza e de respeito, inclusive aquele povo, fazendo com que os seus Vereadores, Vereadores da ARENA, principalmente, porque os do MDB o farão, no sentido de avocarem a responsabilidade de, através da Câmara Municipal, oferecer o "impeachment" do Prefeito e do Vice-Prefeito de Cascavel, para que a ordem, a segurança, o bem estar e a certeza da população, não fique jogada e atirada na lama, como está acontecendo com as manchetes de jornais, de televisão e rádio, do Brasil inteiro, colocando inclusive em dúvida, todas as pessoas de negócios, e todas as famílias que viajam por este Brasil afora, indagado o clima de terror, o clima de insegurança...

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Esta Presidência declara encerrado o discurso de Vossa Excelência.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — ... Concluo, Sr. Presidente.

Faço este apelo a Vossa Excelência, democraticamente, para que Sua Excelência o Governador do Estado, não perca a sua liderança e devolva ao povo...

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — adverte o orador, insistentemente, de que seu tempo está esgotado.).

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — ... a esperança e a fé.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem) — Sr. Presidente, encontra-se em nossa Capital, o General Osiel de Almeida, Presidente do Conselho Nacional do Petróleo. E agora, às 16,00 horas, na Federação da Agricultura do Paraná, deverá ser realizada uma reunião, onde será debatido o problema da quota de óleo à agricultura e à indústria do nosso Estado. Solicitaria a Vossa Excelência que esta Casa, através do convite que acabamos de receber, por telefone, do Coronel Mário Stadler de Souza, Presidente da Federação da Agricultura, designasse uma Comissão, composta de três Deputados, para acompanhar o desenrolar daqueles trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Esta Presidência deferiu o pedido de Vossa Excelência, solicitando que as Lideranças indiquem o nome dos Srs. Deputados, para comporem a respectiva Comissão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) ...

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Pela ordem, concedo a palavra ao Líder da bancada da ARENA, Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente.

Primeiro, para fazer um apelo a Douta Presidência da Casa, a fim de que não estabeleça-se aqui um precedente perigoso. E que, nós sabemos que de acordo com o Regimento

Interno da Casa, limita-se ao tempo de cinco minutos a cada orador no Pequeno Expediente. Vossa Excelência permitiu que o nobre Deputado que ocupou a tribuna há poucos instantes, o fizesse por sete minutos. Este é um precedente perigoso, faço um apelo a Vossa Excelência para que o tempo concedido regimentalmente a cada orador, de ambas as bancadas seja observado rigorosamente.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, dada a premência do tempo, e não é possível o encaminhamento de um requerimento por escrito dado a que a conferência energética, iniciar-se-á às 16,00 horas, a ARENA designa os nobres Deputados João Mansur e Pinto Dias para integrarem a Comissão Especial que assistirá conferência a ser proferida dentro de poucos instantes. — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Basilio Zanusso) — A Presidência agradece a indicação dos nobres Dputados e quer também fazer um registro, de que consta aqui na lista dos Deputados inscritos, o horário de início, que o Sr. Deputado Tolentino iniciou o seu discurso, concluindo com seis minutos realmente.

Concedo a palavra ao Deputado Renato Bernardi, último orador inscrito, antes porém, pedindo à Liderança da bancada do MDB, indicar o Deputado que fará parte da Comissão, solicitada pelo Deputado João Mansur. (Pausa).

O SR. FIORI LUIZ — Dentro de instantes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Basilio Zanusso) — Concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Muito tem se falado nesta Casa, e por todos os Simpósios de Economia e Política que organizam-se por este Estado, sobre a aflitiva, angustiante e calamitosa situação do trabalhador rural paranaense. De tanto fala-se sobre a figura típica desta década do bóia-fria, nós estamos observando que assiste-se a um acelerado processo de esvaziamento dos nossos campos. Pari passu a este esvaziamento que se observa nos campos paranaenses, nota-se claramente, o crescimento da miséria na periferia das cidades médias e cidades grandes do Paraná.

É claro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que há também hoje no Estado do Paraná, uma verdadeira indústria montada para explorar esta mão-de-obra barata, abundante e necessitada.

Daí porque, ocupamos esta tribuna, nesta data, para colocar à apreciação dos Srs. Deputados, a idéia da constituição de uma Comissão Especial de Investigação para ser analisado o problema do sub-emprego e da exploração da mão-de-obra principalmente de menores, neste Estado do Paraná, na Região Metropolitana de Curitiba e nas cidades polos do Paraná.

Já a CPI presidida pelo Deputado Mário Celso, procurou analisar as causas do abandono, do descaso e acima de tudo, da falta de perspectiva de cerca de quinhentos mil menores carentes, necessitados e abandonados neste Estado do Paraná. Vai no dia 26 fazer a sua última, talvez, a sua última reunião para tentar enfeixar um relatório final.

a Comissão, de ter assistido a todas as suas sessões, podemos observar que as autoridades do setor sentem-se perplexas, e a prova evidente e cabal dessa perplexidade foi o depoimento da Senhora Guazelli, Presidente da FUNABEM, mostrando claramente que nós estamos hoje, dentro desse estado autoritário, em que há uma concentração de poder e de renda, e que, claro, a camada mais angustiada da população é a que também mais sofre, é exatamente o marginal das grandes e médias cidades.

O SR. PRESIDENTE — Terminado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Volto a esta tribuna, para, dentro das limitações naturais e pessoais, procurar analisar a situação do professorado paranaense e tecer considerações sobre o sistema estadual de ensino que, dentro do plano estadual de Educação de nosso Estado, deve ser urgentemente atualizado, aprimorado e adequado às necessidades, às tradições e as aspirações do povo paranaense.

O mundo moderno assiste a maior das revoluções que jamais envolveu o homem: a luta que a maioria das sociedades trava, em busca de melhores condições de existência.

E tanto isso é verdade, Senhor Presidente, que a própria CNBB desfraldou a bandeira por melhores condições de vida para o homem brasileiro.

A situação atual deve ser enfrentada corajosamente, assim como devem ser combatidas e vencidas as injustiças que ela comporta. O desenvolvimento exige transformações audaciosas e reformas urgentes.

É sabido que o principal fator do progresso reside nos sistemas de educação e na inovação tecnológica colocada a seu serviço. A educação aumenta a capacidade das pessoas de adaptarem, face às flutuações das oportunidades de emprego, associadas ao crescimento econômico.

É ainda a educação, instrumento poderoso na formação da consciência democrática, estabelecendo condições para a criação de elementos que afirmem a nacionalidade.

No entanto, a situação do professorado paranaense vai piorando, se deteriorando a cada ano que passa. Os seus vencimentos estão sofrendo uma erosão clamorosa e as autoridades educacionais não estão demonstrando a devida sensibilidade para remediar ao menos, se não para corrigir esta flagrante distorsão. Por isso, estes profissionais, querem mais justiça, mais equidade, pelo menos, mais compreensão. Temos observado uma trágica defasagem nos níveis salariais dos quadros do magistério estadual e não estamos vendo uma saída, uma melhoria que possibilite um desafogo àqueles que dão a própria vida em favor da formação de nossos filhos e da Nação brasileira.

Desejo apresentar aqui um estudo sobre a evolução dos vencimentos do professorado, comparados com o valor do salário mínimo e o índice do custo de vida, reconhecido pelo Governo ao longo da presente década.

MAGISTÉRIO PRIMÁRIO

	1970		1971		1972		1973	1974
Valor do salário mínimo:	Cr\$ 170,40	Cr\$ 208,80	Cr\$ 149,60	Cr\$ 288,00	Cr\$ 350,00			
Vencimento do professor:	Cr\$ 316,80	Cr\$ 380,16	Cr\$ 418,17	Cr\$ 576,00	Cr\$ 635,00			
Aumento do custo de vida:	22,47%	21,67%	22,03%	33,25	43,49%			
	1975		1976		1977		1978	1979
Valor do salário mínimo:	Cr\$ 494,40	Cr\$ 712,80	Cr\$ 1.027,20	Cr\$ 1.449,60	Cr\$ 2.107,20			
Vencimento do professor:	Cr\$ 825,00	Cr\$ 1.027,00	Cr\$ 1.430,00	Cr\$ 1.850,00	Cr\$ 3.574,00			
Aumento do custo de vida:	32,60%	40,63%	45,63%	43,29%	-o-			

Estamos verificando, e é só observar as estatísticas, baseadas em pesquisas e estudos do IBGE e do IPARDES, órgãos oficiais, que o aumento do vencimento dos professores paranaenses não acompanha, nem de longe, os índices de aumento do custo de vida. Em breve, uma professora primária em nosso Estado, terá vencimentos que não lhe darão condições de pagar as novas tarifas de transporte à escola.

As estatísticas estão aí. Os vencimentos do magistério estão sendo rebaixados de ano para ano, comparados com os índices do aumento do custo de vida. A inflação está devorando literalmente os magros vencimentos.

E que dizer dos vencimentos atuais dos professores suplementaristas? Marginalizados, legal e financeiramente. Estes professores não podem usufruir de promoções, nem verticais, por habilitação, e, marginalizados, sobretudo, porque têm contra si enorme devastagens financeira, que os responsáveis não se dispõem a corrigir.

Por que ocorre esta distorção? Ora, pela política orçamentária, pela distribuição de verbas orçamentárias governamentais, não apenas do Governo Estadual, mas, e principalmente, pelo Governo Federal. Senão vejamos: As autoridades do Ministério da Educação, comentam apenas, o aumento do percentual destinado àquele Ministério em número absolutos e não o fazem, comparativamente a outros Ministérios ou a ele próprio, porque em 1.964, a participação do Ministério da Educação no Orçamento da União era de 9,74%, caindo em 1978 para 4,17% e em 1979, para apenas 3,5%. É necessário considerar ainda que nem todas as verbas do MEC são destinadas exclusivamente à educação, uma vez que a área esportiva também recebe verbas do mesmo Ministério. No Estado do Paraná, a defasagem também se faz sentir: Em 1977, destinava-se à Secretaria da Educação, 21,1% dos recursos do Estado; em 1978, 19,4% e em 1.979, 19,2%.

O Governo alardeia por todos os canais de informação de nosso País, que o número de estudantes universitários cresceu de 1.964, que era de cento e cinquenta mil, para mais de um milhão em 1.974. Mas não divulga que este crescimento, deu-se através o ensino particular, com a privatização portanto, do ensino, elitizando ainda mais o ensino em nosso País. Podemos demonstrar que a participação das empresas particulares de ensino a nível superior, cresceu assustadoramente nos últimos anos, senão vejamos:

anos	Ensino público%	ensino privado %
1968	59,1	40,1
1966	54,5	45,5
1975	20	80

Apesar do quadro acima colocar-nos apenas até o ano de 1975, a situação piorou ao invés de melhorar. Buscando informações junto ao Catálogo Geral das Instituições de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, confirma-se esta situação: das 885 escolas existentes no País, 48 são federais, 68 estaduais, 106 municipais e 663 são particulares. Por regiões, o quadro é o seguinte:

Região	% Escolas particulares
Norte	18
Nordeste	48
Centro Oeste	71
Sudeste	83
Sul	63

Na região Norte, onde predominam as escolas públicas, é onde há o menor número de escolas: 9 públicas e 2 particulares; na região sudeste, onde está localizado o maior número de escolas e a maior participação das empresas privadas no setor de ensino. É de lembrar-se porém, que escola pública conforme a classificação do MEC não significa escola gratuita. A maior parte das mesmas, quer sejam municipais ou estaduais, funcionam sob o regime de Fundação, onde o aluno tem que arcar com o custeio de seus estudos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Esta análise, em verdade sucinta e desprovida de maior profundidade, já nos dá uma idéia das razões principais do "por-que" da situação aflitiva por que passam os professores paranaenses. É uma distorção inaceitável. Enquanto são aumentadas as verbas para outros Ministérios, a nível Federal e a tantas novas Secretarias de Estado, empresas públicas e "que tais" em nosso Estado, está sendo relegado a um segundo plano a área, que a nosso ver, reveste-se de maior importância para um perfeito desenvolvimento de nosso Estado e porque não dizer de nosso País.

Deve ser meta prioritária do Governo, deixar de paliativos e solucionar de uma vez por todas o problema da instabilidade dos professores suplementaristas, enquadrando-os no Quadro Próprio com todos os direitos contidos no Estatuto do Magistério aprovado por esta Assembléia; sabemos do projeto de estabilidade em tramitação nesta Casa, no entanto, não podemos fazer ouvidos moucos aos clamores das Associações de Classe, que clamam pelo aperfeiçoamento do projeto, pelo direito ao segundo padrão no quadro próprio e por tantas outras posições de real interesse do professorado paranaense. A urgência de ser revista a política salarial do professorado. Sem uma revisão, sem uma atualização dos vencimentos e da situação geral, não haverá melhoria da qualidade do ensino. Não pode o ensino em nosso País, ser tratado como mercadoria, pois ele passa a ter distorções que, ao contrário de atender os interesses do País e de seu povo, acabam prejudicando o desenvolvimento pela diminuição do nível de ano para ano. Dos 67.924 professores de ensino superior existentes no País, apenas sessenta e um por cento possuem apenas o curso de graduação; vinte e dois por cento cursos de aperfeiçoamento e somente dezessete por cento possuem cursos de mestrado e doutorado, segundo as próprias estatísticas oficiais. Outro grande problema do sistema é a distribuição de cursos. Para as entidades particulares, é mais rentável implantar cursos que exijam poucos investimentos. Proliferar então os cursos da área humanística, para os quais são necessários apenas salas de aulas e professores, resultando disso tudo, uma situação distorcida de nossas reais necessidades.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É evidente que temos que estudar minuciosamente a Mensagem Governamental que trata da estabilidade dos professores suplementaristas. Mas é necessário que analisemos todos os aspectos concernentes à matéria. Quer realmente o Governo resolver o problema dos professores? Mas por que então tanto distanciamento entre o seu projeto e a sugestão da Classe? Está o Governo a ludibriar mais uma vez o pessoal do magistério ou estão os professores pretenciosos demais?

Não. Os professores não estão pretenciosos demais, não podendo esta hipótese sequer ser cogitada. Vêm-se nos relatos que as Entidades específicas e atuantes dos professores - Associação dos Professores do Paraná APP, e dos Professores Licenciados do Paraná - APLP fazem em suas publicações, os sacrifícios exigidos aos profissionais da Educação, nada tendo em troca, sendo mesmo explorados. Para que possamos exigir do professor paranaense, dedicação exclusiva na formação de nossos substitutos na condução dos destinos do País, é necessário deixar de contar em prosa e verso sua condição de

educador, mais como forma de angariar realmente como forma de valorizá-lo e ampará-lo de forma justa, dando-lhe o que lhe pertence, que é de direito e justiça. Para isso, temos que deflagrar, não individualmente, não a nível apenas de bancada de oposição, mas a nível de poder Legislativo, uma grande campanha, conjugando esforços para que seja destinada a Educação as dotações orçamentárias necessárias a seu normal desenvolvimento, e assim, poder-se-ia antever para o Paraná e para o Brasil, um futuro realmente risonho, uma Pátria realmente independente, culta, forte e acima de tudo,

onde todos seus filhos pudessem ter condições de vida ideais”.

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Estou atento ao seu pronunciamento e, no tocante aos índices percentuais que vêm baixando de ano para ano, de 1964 para cá, em termos de Ministério da Educação e Cultura, a gente observa também e aqui eu tenho uma publicação do próprio Governo do Estado, da Secretaria da Educação e da Cultura, da antiga Secretaria da Educação e Cultura, Grupo de Planejamento Setorial, onde aparecem aqui uns dados altamente interessantes: no momento em que o Ministério da Educação diminui o segmento de suas verbas para a Educação, ele, evidentemente, vai sobrecarregar os Estados e Municípios, e nós temos um quadro tão claro que, dentro desta estatística dada pelo Estado, observamos duas ou três cidades; então, observando as cidades mais antigas, como é o caso de Rio Negro, vamos observar que a rede estadual se encarregava de 73 por cento da clientela; a particular, em 15 por cento, e a municipal, em 11 por cento.

Entretanto, para os municípios mais novos, onde houve um estrangulamento maior de destinação de verbas, então vemos agora um município de criação mais recente, como o caso de Francisco Beltrão, enquanto Rio Negro, a rede estadual era responsável com 73 por cento da clientela; já no tocante ao Município de Francisco Beltrão, este percentual cai de 73 para 40 por cento. Mas, em contrapartida, o percentual que era da área municipal de 11 por cento na cidade mais antiga, na cidade mais nova vai para 54 por cento, e a particular, na cidade mais nova, vai a 5 por cento, enquanto na mais antiga vai a 15 por cento.

Parece que o Governo Federal detona uma política de transferência de responsabilidade e, claro, esta é uma das causas do estrangulamento também psicossocial de diversos municípios do Paraná.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O aparte de Vossa Excelência veio enriquecer o nosso pronunciamento.

O Sr. Renato Bernardi Vossa Excelência me permite mais um aparte? — **(Assentimento)**

Não sei se nos dados que Vossa Excelência levanta neste pronunciamento constaria também no tocante ao ensino oficial, a distinção entre as Universidades que funcionam em sistema de autarquia e as que funcionam em sistema de fundação, porque o que se observa também, é que, apesar da responsabilidade de muitas universidades, nominalmente serem do poder público, na prática, como é o caso do sistema educacional superior do Paraná, as Universidades de Londrina, Maringá, Ponta Grossa, na prática, a responsabilidade real da manutenção dessas unidades de ensino superior passa a ser da própria comunidade, ou mais especificamente, do próprio estudante, mas, dentro desse quadro todo, observa-se claramente que o estado autoritário, implantado no País a partir de 1964, deseja uma elitização também a nível de ensino superior, porque a obrigação primeira do Estado, em termos de investimento no setor educacional, aceitando a tese de que a educação é auto investimento, e não chegando até ao ponto de, num princípio de democracia social, de que a educação não apenas é um investimento, mas mais do que isso, é um bem social, um bem inalienável ao qual todo o cidadão, ao qual, todo o integrante de uma comunidade tem direito, mas o estado autoritário implantado no País, resolve, mais uma vez, transferir a responsabilidade, e hoje nós observamos uma escola absolutamente leiga no País, criada e calcada em cima da indústria do ensino pago em nossa terra.

Assim, veja Vossa Excelência que tradicionais escolas de padrão de ensino aprimorado, de verdadeiro cenáculo de tradições culturais e educacionais da nossa terra, estão hoje sofrendo um processo violento de esvaziamento a favor, evidentemente, de indústrias educacionais, cuja única preocupação é estar

bem com os detentores do poder, e faturar o mais possível.

Veja Vossa Excelência que, entre os 10 homens mais ricos do Brasil, riquezas criadas de 1964 para cá, dois deles são detentores de redes particulares de ensino, redes essas que aproveitam a grande concentração urbana observada nos últimos tempos, a necessidade de qualificação de mão-de-obra. Mas, em termos nacionais, o problema é seríssimo, porque essas escolas, ao lado de estarem atreladas à máquina autoritária oficial, entretanto não trazem no seu bojo qualquer filosofia, qualquer ideologia a não ser a filosofia e a ideologia capitalistas do lucro e da mais valia.

Assim, cria-se nesse País uma escola absolutamente leiga, mas leiga no sentido não religioso, não no moral, mas no sentido de criar pessoal com cartucho na mão, com um canudo na mão, com um papel na mão, mas desvinculados com qualquer preocupação de nível social, de nível cultural. Daí porque quando se diz que este País foi mergulhado pelo autoritarismo vigente, num impasse político, econômico e social, eu vou mais longe: a autocracia brasileira mergulhou o País também num impasse cultural, cujos grandes agentes e grandes aliados são os industriais da rede particular de ensino e me parece que esse é o assunto que Vossa Excelência levanta agora, da tribuna.

Mas, que deverá merecer uma atenção mais particularizada desta Casa, e de todos aqueles que, detendo um mandato popular, tem também uma responsabilidade com os verdadeiros valores nacionais brasileiros.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Agradeço o aparte do Deputado

Renato Bernardi, profundo conhecedor do assunto, técnico em educação e que todas as vezes que se pronuncia a respeito da matéria, tem feito com o brilhantismo que acaba de fazer.

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permite mais uma consideração? — **(Assentimento)**

Deputado Facci, a gente vem observando que a situação no terreno educacional brasileiro está sofrendo uma defasagem muito séria, em relação às reais necessidades da sociedade brasileira. A nossa escola não tem, efetivamente, uma preocupação maior, com as necessidades da comunidade paranaense e brasileira; com as reais necessidades do povo brasileiro.

As nossas escolas estão, todas elas, moldadas, voltadas, estruturadas para um padrão que a classe dominante deseja para si, e é claro que então, esse padrão voltado para esse tipo de operacionalidade, evidentemente, deixando grande parte da população brasileira, distante do processo.

Daí porque a gente observa, claramente, que existia um antagonismo quase que irreparável entre os anseios da clientela escolar que ingressa na rede educacional, e aquilo que esta mesma rede educacional oferece.

Parece-me, portanto, que a ocasião da Mensagem Governamental, propondo uma estabilidade meio parapléica para o professor suplementarista, ela deveria servir de cabide para que os homens públicos do Paraná, especialmente os Deputados com assento nesta Casa, se aproveitassem desta mesma oportunidade, para se fazer um repensamento e uma redefinição da problemática educacional do Paraná e do Brasil.

Mas não podemos aceitar que este modelo educacional, todo ele calcado numa fase em que primava no País, a preponderância da agricultura, do patriarcado agrícola e que depois, num toque de magia, implanta-se a lei 5692, propondo profissionalização de segundo grau.

Entretanto, em termos tão utópicos e tão irreais, que a gente observa claramente que o estudante, que seria a parte interessada, fundamentalmente, no processo, ele não aceita o engodo da lei 5692. Então, temos diversos colégios pelo interior, a fornecer canudos, dando a eles um título de técnico em qualquer atividade profissional, a nível de segundo grau. Mas, se Vossa Excelência se der ao trabalho — e é claro

que, nas suas andanças isso ocorre, se der ao trabalho de sentir no meio desses diplomados, vai se observar que o mercado de trabalho brasileiro, que recebe milhares e milhares de graduados em profissionalização de segundo grau, este mercado brasileiro não absorve sequer 2 por cento dos formados nessas famigeradas escolas de profissionalização de segundo grau.

Então, é uma farsa e é uma grande mentira; e sendo uma farsa e sendo uma grande mentira, nós, homens públicos, não podemos aceitá-lo e deveríamos utilizar exatamente Mensagem Governamental, procurando suprir, embora longe da realidade e da necessidade, uma lacuna evidente no quadro educacional do Paraná, deveríamos procurar esta oportunidade para se redefinir e se repensar, a problemática educacional nossa.

O SR. ANTÔNIO FACCI — É por isso, Deputado Bernardi, que...

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) — Vossa Excelência tem dois minutos para concluir.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Terminarei, Sr. Presidente.

... que ao abordar a lei de estabilidade que estava em tramitação nesta Casa, e a pedido da liderança do Partido, fizemos um estudo e uma colocação, quando a nosso ver, as origens dos problemas que o nosso professorado e que a Educação brasileira enfrenta, que nada mais é que a falta de atenção do Governo Federal para o setor, dotando outros ministérios e outras secretarias como prioritários, esquecendo a Educação, esquecendo a juventude brasileira.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Esta Casa registra, com satisfação, a presença dos ilustres Deputados do Estado do Pará, nas pessoas de seu Presidente, Lauro de Belém Sabá, do Deputado Líder do Governo, Nilson Célio Guedes Sampaio; do Vice-Líder do MDB, Lucival Barbalho; do Deputado Nicéas Ribeiro, do MDB.

Também registramos, com alegria, a presença do ex-integrante desta Casa e atual Deputado Federal, Osvaldo Macedo, que nos visita.

E também a presença do Vereador de Santa Cruz do Monte Castelo, Sr. Nilton Moreira Lima, e dos Vereadores de Assis Chateaubriand, André Ferreira Alves e Paulo de Oliveira.

Concluído o Grande Expediente, e para saudar os Deputados visitantes, fará uso da palavra o Deputado Renato Bueno, que falará em nome de ambas as bancadas desta Casa.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados; Ilustres visitantes; Srs. Deputados Lauro de Belém Sabá, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará; Deputado Nilson Célio Guedes Sampaio, Líder do Governo, Deputado Lucival Barros Barbalho, Vice-Líder da Bancada do MDB; Deputados Nicéas Ribeiro, do MDB, e também em sua companhia o Sub-Secretário, Adolfo Oliveira Filho.

Honrado, sobremaneira, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pelas duas bancadas com assento nesta Casa, por esta deferência muito especial, de falar em nome de ambas, do meu Partido a ARENA, e da aguerrida e ilustre bancada do MDB, e da própria Casa, o faço com maior prazer e satisfação, porque sabemos o significado da visita desses ilustres parlamentares do nosso Estado irmão, o Pará.

Sabemos que estão em nosso Estado para participar de um programa que assoberba o mundo todo na atualidade, que é o problema da energia.

Vêm Vossas Excelências participar do Simpósio Energético especificamente sobre os assuntos que falam de perto ao nosso Estado, que é o xisto e a Hidrelétrica de Itaipu, neste Simpósio que está sendo conduzido pelo Diretor do Conselho Nacional do Petróleo, General Osiel de Almeida.

O nosso desejo, Srs. Deputados visitantes, é que Vossas Excelências sintam-se à vontade nesta Casa, nesta cidade e neste Estado, porque nós que temos nossas raízes neste Estado,

conhecemos a vocação, conhecemos as características do povo paranaense.

Já se tem dito que o Paraná é a síntese do Brasil, porque para cá vieram não só brasileiros de todos os quadrantes de nossa Pátria, mas estrangeiros de todos os países do mundo, e sentem-se aqui à vontade, constituíram família, desenvolvem seu trabalho, constroem também junto conosco, paranaenses, a grandeza deste Estado, que orgulha a todos nós, paranaenses, e tenho certeza, que orgulha também todos os Estados irmãos da Federação.

Portanto, Srs. Deputados, é com a maior satisfação, é com a maior alegria que vemos a presença de Vossas Excelências, nesta Casa, e desejamos do fundo do coração, em nome de todos os Deputados desta Casa, que Vossas Excelências sejam felizes, sejam bem-vindos, e tenham uma ótima estadia nos dias em que ficarem em nosso Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A saudação feita pelo ilustre Deputado, em nome de ambas as bancadas, é extensiva aos ilustres Deputados do Estado de Sergipe, que se encontram conosco, que são os Deputados José Mendonça, Thomaz Amaral e Luiz Ribeiro.

Dentro do horário reservado às Lideranças, a Presidência consulta à Liderança do MDB, qual o Deputado que usará da tribuna.

O SR. FIORI LUIZ — O Deputado Edilson Alencar.

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Com a palavra, o ilustre Deputado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. (Lê):

"Não faz muito tempo, assumimos esta tribuna para denunciar a injustiça da dispensa de um representante do INPS em Ubatuba, e que havia revoltado a população local.

A esse propósito, havíamos recebido ofício subscrito pelo próprio Diretório Municipal da ARENA, com severa crítica ao Superintendente do órgão, Sr. Cleverson Marinho Teixeira, a serviço dos interesses eleitoreiros de um Deputado Federal.

Chega-nos agora outra mais grave denúncia, comprovadamente procedente. Está a exigir prontas e enérgicas providências do Ministro Jair Soares, e do Presidente João Figueiredo, a bem do decoro e da moralidade pública.

Por artes do Sr. Jair Soares, a Previdência Social, ao invés de acudir, como de direito, os segurados, com serviços assistenciais cada vez mais aperfeiçoados, vem de transformar-se em sinecura para políticos situacionistas. Esse fato está ensejando abusos e irregularidades, como se verificará, que causam justa indignação entre o funcionalismo do INPS e do INAMPS.

A Constituição Federal, em seu artigo 99, parágrafos e incisos, proíbe, taxativamente, a acumulação de cargos, salvo as exceções que relaciona.

O INPS e o INAMPS do Paraná, ignoram a nossa lei maior. Perpetram, por isso, crime de responsabilidade, estando a lesar impunemente os cofres públicos do Município de Curitiba, do Estado e da União.

Vamos citar alguns casos de acumulação de cargos, e quais os seus ilegítimos beneficiários:

O Sr. Cleverson Marinho Teixeira acumula o cargo de Superintendente do INPS DAS.111.3, com vencimentos na ordem de Cr\$ 52.806,10, com o de funcionário do SESI — Serviço Social da Indústria, onde percebe aproximadamente Cr\$ 40.000,00: consta que é titular de um terceiro cargo, que o denunciante não pôde identificar.

O Sr. Roberto Simões de Holanda, exerce o cargo de Secretário Regional do INPS — DAS 111.2, vencimentos de Cr\$ 44.077,50, mas é, igualmente, funcionário do IPARDES — Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, onde percebe aproximadamente Cr\$ 50.000,00. Cumpre meio expediente no IPARDES e meio

expediente no INPS.

O cargo de Secretário Regional de Planejamento é ocupado pelo Sr. Osni Rodrigues de Souza, DAS.111.2, vencimentos de Cr\$ 44.077,50, também contratado pela EMOPAR — Empresa de Obras Públicas do Paraná, onde percebe Cr\$ 45.000,00. Tal qual o Sr. Roberto Simões de Holanda, faz meio expediente no INPS e meio expediente na EMOPAR.

O Sr. Nabir Zacarias, foi conduzido para o cargo de Coordenador de Reabilitação Profissional - DAS. 111.1, vencimentos de Cr\$ 33.152,40, embora funcionário do IBC em Maringá.

O Diretor do Centro de Reabilitação Profissional, já foi indicado, e aguarda-se a publicação da Portaria de nomeação no Diário Oficial da União. O feliz candidato é o Sr. Rubens da Silva Martins, atual Secretário de Serviços Previdenciários, DAS.111.2, vencimentos de Cr\$ 44.077,50, que acumula com o cargo de Chefe do Serviço Médico da Prefeitura de Curitiba, vencimentos de Cr\$ 35.000,00.

Há a considerar que os DAS. exigem tempo integral e dedicação total. Observa-se, no entanto, que o “meio expediente” é um expediente imoral, prejudicial aos interesses coletivos.

Um inquérito administrativo, determinado pelo Presidente da República, serviria para apurar, oficialmente, o fato, e para abrir a ferida da corrupção.

Existe algo mais: os Srs. Cleverson Marinho Teixeira, Superintendente Regional do INPS, e Alcenir Guerra, Superintendente do INAMPS, fizeram um cambalacho. Enquanto um amigo do Sr. Alcenir Guerra era nomeado para um cargo no INPS, o Sr. Alcenir Guerra nomeava o Sr. Cirino Joaquim dos Santos para cargo de Consultor Jurídico do INAMPS. O Sr. Cirino dos Santos é cunhado e sócio do Sr. Cleverson Marinho Teixeira.

O nepotismo, como se vê, impera nos órgãos da Previdência Social, com nomeação de políticos para cargos que deveriam pertencer aos funcionários efetivos do quadro.

Temos a revelar, por último, que o Sr. Cleverson Marinho Teixeira, sob o pretexto de inspeção dos serviços do INPS, viaja para o interior nos fins de semana, com objetivo unicamente político.

Representa isso um escárnio ao povo, de cintos apertados, impossibilitado de viajar, por fecharem os postos de gasolina aos sábados e aos domingos. Para o Sr. Cleverson Marinho Teixeira, não há economia de guerra, não há respeito às determinações do chefe da nação. Para não ser desagradavelmente surpreendido, de novo, nas urnas, como lhe aconteceu em 1978, está politicando no interior, e está preparando as bases eleitorais para a sua candidatura em 1982, à custa do erário público, e em desobediência às diretrizes do governo de economizar os derivados de petróleo.

Solicitamos que a Mesa providencie a remessa de cópias da presente denúncia, para as medidas cabíveis, no caso, aos Srs. Presidente João Figueiredo e Ministro Jair Soares.

Se houver pudor nos homens do Governo, serão necessariamente punidos esses violadores da Constituição Federal e exploradores do Tesouro Público”.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Edilson Alencar,

estamos ouvindo com atenção o discurso de Vossa Excelência. Primeiramente, desejamos nos parabenizar pela presença de colegas do Estado do Pará e do Estado de Sergipe.

Mas, nobre Deputado, vemos Vossa Excelência, como sempre, atacar o Deputado Cleverson Marinho.

Quanto a esse problema, em uma determinada parte, Vossa Excelência tem razão: se o Superintendente do INPS trabalha, é porque está fazendo política pessoal; se não trabalha, é porque é negligente.

Então, desejamos dizer a Vossa Excelência, que não vamos entrar em detalhes sobre esses problemas de duplos cargos,

quando Vossa Excelência faz uma explanação, no que concordamos em que devem ser sanados, se falha houver. Mas, não vemos razão em Vossa Excelência vir criticar o ilustre responsável pelo INAMPS, companheiro nosso de bancada e ex-Deputado Federal, Sr. Cleverson Marinho, que não teve a felicidade de ser reeleito. Não será por isto, Sr. Deputado, que Vossa Excelência virá escarnecer, virá tripudiar sobre um homem que não foi reeleito, pois, quantos Deputados do MDB também não foram reeleitos e merecem a nossa consideração? Além do que, não é justo que, no momento em que recebemos visitas de colegas de outros Estados, estes nossos ilustres visitantes levem uma imagem de Vossa Excelência talvez deturpada, o que seria de entristecer, porque conhecemos Vossa Excelência muito bem, como um homem dinâmico; seria de entristecer, como dissemos ontem, ao ver um colega nosso da bancada do MDB apresentar denúncias evasivas, sobre o que, haveremos de trazer provas em contrário.

Com todo o respeito que temos por Vossa Excelência, agradecemos o aparte, e queremos dizer que, se o Dr. Cleverson Marinho Teixeira está no interior, está procurando aplicar o dinheiro do povo em benefício do próprio povo. Está procurando sanar as irregularidades no INPS e INAMPS e não vejo razão para Vossa Excelência dizer que ele não está cooperando com a economia de guerra do nosso grande Presidente Figueiredo, que Vossa Excelência acaba de confessar.

Então, Deputado Edilson Alencar, com o respeito e com a devida vênia que tenho por Vossa Excelência, permita-me que hoje, não seria data oportuna para Vossa Excelência vir aqui fazer talvez uma tirada demagógica, que não é do seu feitio.

Perdoe-me por este aparte, e conhecendo Vossa Excelência, haveremos de trazer pela Liderança de nossa bancada, a documentação necessária para que Vossa Excelência veja e mais uma vez diga aos seus companheiros, da honestidade e da fidelidade que Vossa Excelência bem conhece, do Deputado Roberto Galvani e do ex-Deputado Cleverson Marinho.

Muito obrigado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Injusto seria nós, Deputados...

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. EDILSON ALENCAR — Logo em seguida.

Injusto seria nós, Deputados defensores do povo deste Estado, assistir passivamente, autoridades deste Estado, desrespeitar flagrantemente a Constituição da República.

E o artigo 99, se Vossa Excelência desconhece, leio agora:

“É vedada a acumulação remunerada de cargos e funções públicas, exceto:

I — A de juiz com o um cargo de professor;

II — A de dois cargos de professor;

III — A de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

IV — A de dois cargos privativos de médico.

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) A Presidência informa

Vossa Excelência que tem dois minutos para concluir.

O SR. EDILSON ALENCAR — Para concluir.

Assistir, Sr. Deputado, ver neste País, brasileiros morrerem de fome, porque ganham pouco, e em contrapartida, estamos aqui assistindo homens do Governo, talvez morrendo por comer demais. Isto é o que não podemos nos conformar, e nós aqui estaremos vigilantes, sempre, contra estes abusos e esses desmandos, porque à nossa frente, na nossa cara, na nossa presença, a Constituição Federal neste campo, deve ser, precisa ser respeitada.

Sr. Presidente, gostaria, para terminar, de conceder o aparte ao Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho — Agradeço, nobre Deputado, a atenção de Vossa Excelência, e dada a exigüidade do tempo, quero comprometer-me com Vossa Excelência amanhã ocupar esta

tribuna para fazer referência aos dados comentados neste instante por Vossa Excelência.

Digo a Vossa Excelência que fico satisfeito pela sua preocupação que tem com referência ao ex-Deputado Cleverson Marinho Teixeira, porque, quando Vossa Excelência preocupa-se com viagens de Cleverson ao interior, é um sinal de que está produzindo alguma coisa, é o sinal que está fazendo uma administração verificando "in loco", como anda a Previdência Social no Paraná, porque nós queremos uma administração não em gabinetes, como era antes, mas uma administração por homens que conhecem o problema do interior, homens que têm vivência política e até admiro-me quando Vossa Excelência critica que está lá um político, porque quando colocam um técnico, nós somos os primeiros a criticar a tecnocracia na administração. Quando colocam um político que conhece os problemas do povo, que tem vivido e tem percorrido o Estado é criticado, mas eu encerro, agradecendo a atenção de Vossa Excelência, prometendo amanhã vir a esta tribuna e trazer alguns dados.

O SR. EDILSON ALENCAR — Agradeço e estarei pronto a receber as informações do nobre Deputado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Dentro do tempo reservado à Liderança da ARENA, concedo a palavra ao Líder da Bancada, Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Inicialmente, quero registrar a satisfação e penso estar falando em nome de toda a Casa, pela eleição que processou-se há poucos instantes, da Diretoria do Comitê de Imprensa desta Casa, tendo sido escolhido como seu Presidente Antônio Carlos Lacerda, e como Secretária Sandra Cantarim Pacheco, e suplente Fábio Campana. Ainda existe um Conselho Ético-Fiscal, composto por Walmor Marcelino, Roberto Lopes, Clóvis Stalder de Souza, Zair Schuste, Hugo Santana, Laurentino Gomes e Lineu Borges Kiel.

Eu faço este registro, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, porque esse comitê já existiu na Casa tempos atrás. E nós aprendemos a conhecer da sua importância para a divulgação dos trabalhos desta Casa. Porque o povo hoje realmente desconhece o trabalho da maioria dos Srs. Deputados, que é um trabalho estafante, é um trabalho que realmente vem ao encontro dos interesses da coletividade, mas que por falta de divulgação raramente chegam a todos os recantos do nosso Estado o trabalho dos Srs. representantes do povo.

E nós esperamos que este comitê seja como aquele do passado, em que seus integrantes realmente jornalistas que faziam da sua profissão uma questão de honra para que a notícia chegasse efetivamente aos leitores, tanto da imprensa da capital como do interior com a mais absoluta veracidade.

Nossa satisfação pela eleição da Diretoria do novo comitê e nossos votos de uma gestão, pelo menos feliz.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, nós compreendemos perfeitamente o clima emocional que vive-se hoje em Cascavel pelo crime lá ocorrido. Compreendemos também as aflições, as inquietações de um dos mais ilustres membros desta Casa, o nobre Deputado Fidelcino Tolentino, representante da Oposição daquela região, nesta Casa.

Todavia, nós discordamos profundamente de Sua Excelência quanto a colocação que ele faz no campo político, pretendendo transpor para o campo político um acontecimento meramente policial, procurando estabelecer uma ilação, uma conotação dos homens da ARENA e especialmente do Sr. Governador Ney Braga, no acobertamento deste crime, quando todos nós sabemos que a primeira providência do Chefe do Poder Executivo estadual foi determinar ao Sr. Secretário de Segurança o mais absoluto rigor na condução das investigações para que não só o povo de Cascavel mas a opinião pública

do Estado tivesse, por parte do Governo, uma solução para um dos mais bárbaros crimes ocorridos neste Estado.

E a Secretaria de Segurança não fez outra coisa, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, chegando até à designação de um Delegado Especial para a condução das investigações. O Delegado está aí cumprindo sua missão, ditando falação em toda a imprensa, até antecipando-se a uma conclusão mais séria e mais certa, já praticamente expondo a opinião pública o nome dos mandantes daquele crime.

Mas nós fazemos este reparo, Sr. Presidente, porque nós efetivamente não podemos concordar com a colocação que pretendeu-se ainda na tarde de ontem, imputar aos homens da ARENA. Como também não concordamos quando um companheiro de nossa bancada pretendeu imputar aos homens do MDB a leviandade da esposa de um Senador daquele partido. Eu pergunto: qual culpa têm os bons arenistas se um arenista é mau, é mandante de um crime? Nenhuma.

Que culpa têm os homens do MDB, que durante 15 anos lutaram, sofreram agruras, sofreram na própria carne os efeitos de sua luta para manter viva a chama da democracia neste País. Que culpa têm os homens de bem, do MDB, se a esposa de um Senador furtou um casaco de pele numa loja de Nova Iorque? Nenhuma.

Não se pode estabelecer conotação, como se pretendeu fazer ainda ontem, nesta Casa, lendo-se a notícia de um Semanário, aliás, um Semanário de pouca circulação, e que ninguém conhece, pretendendo estabelecer uma ilação entre o Prefeito de Cascavel e o ex-Governador Canet Júnior que é um nome hoje, venerado por todo o Paraná, graças à sua extraordinária administração, que o projetou nacionalmente como o melhor dos governantes da safra de 74.

Eu até, neste episódio, louvo o caráter, a hombridade do Governador Canet Júnior, quando interpelado por jornalistas, se era amigo do Prefeito de Cascavel, ele disse: eu sou amigo do Prefeito de Cascavel, porque é justamente nestas horas que conhece-se os verdadeiros amigos. Não estou defendendo nem inocentando a priori, o Prefeito daquele próspero município paranaense, e ninguém de sã consciência, ninguém nesta Casa ou fora dela, pode imputar ao Prefeito de Cascavel a autoria, o mando de um crime perpetrado contra um jornalista daquela cidade.

Nós ocupamos a tribuna, Sr. Presidente, para dirimir de uma vez por todas, essa preocupação da bancada da Oposição, de que o crime esteja sendo acobertado pelo Partido do Governo ou pelo próprio Governo, porque conhecemos o passado honesto e limpo do Sr. Ney Braga, o Paraná todo conhece, o Brasil todo conhece, não seria Ney Braga que iria acobertar um crime tão bárbaro, tão hediondo como perpetrrou-se em Cascavel contra a figura de um jornalista, ou fosse contra a figura de quem quer que fosse.

Ocupo, Sr. Presidente, a tribuna neste horário reservado à Liderança, para fazer um apelo aos nobres Srs. Deputados da Oposição, que em matérias de uma delicadeza como esta, não procurem por favor estabelecer uma conexão entre partido político e criminoso comum; entre governo de Estado e criminosos comuns, como faço um apelo também aos meus companheiros da ARENA para que jamais procurem denegrir o nome de uma agremiação apenas porque a esposa de um Senador daquele Partido furtou, numa loja de Nova Iorque.

Vamos lembrar a folha de serviços prestadas pelos homens do MDB à democracia brasileira, os seus sacrifícios, as suas lutas, como vamos lembrar também aquilo que os homens da ARENA fizeram pelo Paraná. Não pode-se imputar a um partido político o acobertamento de um crime. Apenas porque um membro deste Partido está sendo objeto de investigações ou suspeitas.

É este o apelo que quero fazer à nobre Bancada do MDB, e concedo, com muita satisfação, o aparte ao nobre Deputado.

O Sr. Fiori Luiz — Muito obrigado, nobre Líder da ARENA. e nós entendemos que o crime que vitimou o jornalista de Cascavel ele é só político, nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — É o entendimento de Vossa Excelência, e talvez não seja do povo do Paraná. É apenas uma questão de ponto de vista.

O Sr. Fiori Luiz — No meu entender, Deputado, e o Sr. Secretário de Segurança, não fez mais do que obrigação, ao designar um Delegado Especial. Inclusive...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — E não fazemos mais do que a obrigação, defender o povo aqui, inclusive o povo de Cascavel, a manutenção da ordem pública de Cascavel, porque nós somos pagos, e muito bem pagos para isso. É bom que Vossa Excelência saiba disso. Sei que é obrigação do Governo, mas mau seria um Governo se não cumprisse com essa obrigação.

O Sr. Fiori Luiz — Inclusive, o Delegado especial, Raimundo Nonato Siqueira, deixou antever nas estrelinhas numa coletiva à imprensa... (conversas paralelas, inaudível)

Com relação ao jornal "Movimento", é um jornal sério, jornal perseguido, censurado, e se a circulação é restrita, é porque não tem apoio financeiros, e os indícios apontam o Prefeito de Cascavel.

E, como disse Vossa Excelência, o Governador é honesto, por ser honesto o Governador, é que nós pedimos o empenho do Governador no sentido de esclarecer esse crime porque já está correndo muito dinheiro para calar consciências e comprar ainda os poucos homens honestos e decentes, da vida pública paranaense.

Perdoe-me, nobre Líder da ARENA.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não. Vossa Excelência não tem nada que pedir-me perdão, porque não estou defendendo criminoso; não estou defendendo bandido; apenas estou defendendo um Governador honesto e decente.

E quero dizer a Vossa Excelência, que o jornal "O Estado de São Paulo", também não é protegido por grupos econômicos, porque é o jornal de maior circulação na América Latina. Mas é a qualidade dos seus editoriais, é a linha de conduta da família Mesquita, que faz daquele periódico o guardião da Democracia e das liberdades públicas, no Continente Latino-Americano.

Portanto, não é o poder econômico que faz a qualidade de um jornal; não é o apoio, é o caráter dos homens que o dirigem, dos seus editores e de seus jornalistas.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento)

Agradeço a Vossa Excelência. Somente para fazer uma colocação, pois pareceu-me que Vossa Excelência interpretou que eu estava atribuindo ao Governador ou ao Governo o desejo de acobertamento do crime, e imputando aos homens da ARENA uma responsabilidade.

Foi uma injustiça que Vossa Excelência fez à minha pessoa, porque realmente não foi esse o eixo da minha colocação, e nem tampouco...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Se Vossa Excelência permite-me, o cozinheiro tempera a comida à vontade do dono. Vossa Excelência não podia dizer isso claramente, mas nas entrelinhas deixou entrever. Vossa Excelência consulte as notas taquigráficas do que falou e nas entrelinhas, tentou dizer isto.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Absolutamente. Estão aqui.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Claro, o cozinheiro tempera a comida à vontade do dono. Vossa Excelência sabe disso.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Então Vossa Excelência permite-me concluir o aparte?

Realmente, é um problema de ordem subjetiva, da interpretação, tanto que discute-se hoje o problema: o que é capitalismo, o que é marxismo, o que é democracia, o que é uma série de problemas relacionados com filosofia, com teorias

políticas; mas isto é um problema de ordem subjetiva. Eu só quero colocar aqui, que em momento algum, nós, pelo menos este Deputado, descreu que o Governo do Estado poderia procrastinar qualquer determinação de ordem policial.

Ao contrário, nós sempre temos...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço por isso Vossa Excelência, e é bom que os Anais registrem esse seu pensamento.

O Sr. Fidelcino Tolentino — ... tido, e no final do pronunciamento está colocado aqui, inclusive, a seguinte frase: "esperança e fé".

Realmente, Deputado, esta colocação de Vossa Excelência foi exatamente para colocar-me, talvez sim, talvez não. Aí é um problema subjetivo também, maldosamente, à minha posição.

Mas, com referência ao Governador Jayme Canet e ao Prefeito de Cascavel, há uma ligação e eu não quero estabelecer aqui nenhuma ligação com referência a este fato criminoso. E nem disse da tribuna também, que o Prefeito seria o mandante. Quem disse, foi o Delegado Especial. Delegado que faz parte do Governo do Estado, e se faz parte do Governo do Estado, o Governador, já tendo em mãos elementos suficientes, indiscutíveis, ou pelo menos indícios substanciais, para colocar um paradeiro.

A minha colocação, Deputado, é de colocar ordem, na minha comuna, na minha cidade. E este o apelo que fiz ao Governador e reitero a Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas, se Vossa Excelência permitir-me a conclusão, Vossa Excelência sabe que não compete ao Governador do Estado, analisar dados de investigações criminais ou policiais. Vossa Excelência sabe, como homem inteligente que é, como um brilhante Deputado, que tanto honra esta Casa.

Vossa Excelência sabe que o Governador apenas como medida administrativa, determinou a apuração dos fatos, que deverão ser encaminhados à Justiça. Não será Ney Braga, não será Canet, nem Jacy nem Fidelcino Tolentino, quem dirá qual seja o criminoso. É a Justiça.

Então, por favor, Vossa Excelência não procure estabelecer, ainda acaba confirmando que o Governador já tendo em mãos indícios, deve... deve fazer o que? O que é que o Governador deve fazer? Podia Vossa Excelência informar ao Paraná o que deve o Governador fazer? Mesmo que ele saiba que o criminoso foi e executou o crime a mando do Prefeito de Cascavel, Vossa Excelência pode dizer ao Paraná o que é que o Governo deva fazer, Vossa Excelência não pode dizer. É um problema da Justiça. Sai da esfera policial e passa à égide da Justiça. Vossa Excelência sabe disso.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Quero só concluir, e agradeço.

É que Vossa Excelência faz interpretação de entrelinhas, e como o caso não está mais nas entrelinhas, é que nós pedimos ao Governador para deixar as entrelinhas e entrar direto nas linhas. É isso.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Na linha de frente, é isso que Vossa Excelência quer dizer? Deve ser isso. Não entendo o que é que o Governador deve fazer, a não ser administrativamente determinar ao Sr. Secretário de Segurança o maior rigor, a maior objetividade na apuração dos fatos. Mas, havendo concluído o inquérito policial, seja remetido...

O Sr. Fidelcino Tolentino — Eu falei que o Governador jurou...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas não tem outro caminho.

Vossa Excelência, por favor, não insista que o Governador tem condições de resolver o problema, nem ele nem o Presidente da República. Vossa Excelência sabe disso, e por favor, não use num caso tão sério a demagogia. Por favor.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência está exaltado, mas com calma, vamos resolver.

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Está concluído o

o tempo de Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Está concluído o tempo?

O SR. PRESIDENTE — Mais um minuto.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Só quero concluir, se Vossa Excelência permitir-me, porque Vossa Excelência não deixou-me fazer o aparte.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Se não for discurso paralelo, eu permito.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Absolutamente. O problema reside na segurança e na tranquilidade, para que o trabalho de Cascavel e da Região Oeste retome com toda a sua pujança e o seu desejo, a ordem para o desenvolvimento. É isso que nós queremos. É só isso que queremos. E, como o caso hoje toma proporções políticas, então o Governador precisa tomar uma atitude política.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência, e não convenço-me com as suas afirmações, mas esta Casa tem mais dois nobres Srs. Deputados representantes da região, que poderão afirmar se Secretaria de Segurança do Paraná não está oferecendo clima de segurança necessário ao prosseguimento das investigações.

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) A Presidência lamenta, mas já esgotou o prazo de Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Lamento que a Mesa haja dessa forma, quando estou com 14' e 30". Lamento, quando Vossa Excelência mesmo confessou que, no Pequeno Expediente, excedeu o tempo do orador que estava na tribuna, e eu não poder, a Casa não poder ouvir o testemunho valioso do representante da região de Cascavel também.

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Vossa Excelência tem da Presidência, e particularmente deste Deputado, a maior consideração.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço.

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a Hora do Expediente.

Esta Comissão Executiva quer juntar-se às palavras do ilustre Líder da Bancada, ao referir-se à comunicação que fez à Casa, dos jornalistas credenciados nesta Casa, cumprimentando-os pela eleição e desejando felicidades no período do seu mandato.

O SR. FIORI LUIZ — (Pela Ordem) A Bancada do MDB, designou o Deputado Deni Schwartz, para formar na Comissão desta Casa e participar do Simpósio ao qual estará presente o Presidente do CNP.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência agradece a comunicação e tomará as devidas providências.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 90/79, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a "Creche Anjo da Guarda", com sede e foro na cidade de Campo Largo. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

O SR. FIORI LUIZ — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a

chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) A Mesa defere.

O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada dos Srs. Deputados.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, Vossa Excelência estava iniciando o processo de votação. Só depois do mesmo concluído é que caberia a chamada dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Como não havia sido proclamado o resultado, esta Presidência entendeu que poderia ser atendida a solicitação do Deputado Fiori Luiz.

O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada dos Srs. Deputados. (É feita a chamada).

27 Srs. Deputados responderam à chamada nominal.

Não há quorum para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 93/79, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. nº 68/79), que autoriza transferir à TELEPAR - Telecomunicações do Paraná S/A, Lote de terreno de propriedade do Estado, situado na planta urbana do Município de Itaperaja D'Oeste. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 99/79, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a "Ação Social São João Batista", de Lontrão, Município de Imbituva. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 203/78, de autoria dos Deputados FIDELCINO TOLENTINO e ACCIOLY NETO, que eleva para 21 (vinte e um) o número de vereadores da Câmara Municipal de Cascavel (anexo Projeto de Lei nº 78/79 do Deputado Renato Bueno com o mesmo objetivo). Parecer Favorável e Substitutivo da C.C.J., por unanimidade. — **Em regime de urgência.** — **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Herculano de Souza Paula. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Miguel Zacarias. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Noêmia da Costa Pires, ocorrido na cidade de Jaguariaíva. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o encaminhamento do memorial subscrito pela Associação Comercial e Industrial, pelo Lions Club, Prefeitura Municipal e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, todos de Altônia, aos Srs. Ministro da Fazenda e Presidente do Banco do Brasil, visando a instalação de uma agência do referido Banco na cidade localidade. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando seja expedido convite ao Sr. Alésio Vaz Primo, Diretor do Crédito Rural do Banco do Brasil, com a finalidade de proceder palestra sobre o Crédito Rural, no Poder Legislativo. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao

Banco do Brasil S/A, visando a instalação de agência do citado estabelecimento de crédito na cidade de Altônia. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário da Educação e Prefeito Municipal de Cascavel, no sentido de que sejam tomadas medidas cabíveis para a reabertura da Escola "Presidente Dutra" localizada no Distrito de Lindoeste, Município de Cascavel. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 90, 93 e 99/79;

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 203/78.

Marcando ainda, uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 22, 68, 69, 70 e 71/79.

Levanta-se a Sessão.